

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

# Efeitos macroeconômicos da desnacionalização do capital no Brasil: insights a partir das agroindústrias

Rafael Pastre, Bianca Muniz Corrêa

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.16311>

Submetido em: 2026-05-27

Postado em: 2026-09-18 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

# **EFEITOS MACROECONÔMICOS DA DESNACIONALIZAÇÃO DO CAPITAL NO BRASIL: INSIGHTS A PARTIR DAS AGROINDÚSTRIAS**

## ***MACROECONOMIC EFFECTS OF CAPITAL DENATIONALIZATION IN BRAZIL: INSIGHTS FROM AGROBUSINESS SECTOR***

## ***EFFECTOS MACROECONÓMICOS DE LA DESNACIONALIZACIÓN DEL CAPITAL EN BRASIL: PERSPECTIVAS DESDE EL SECTOR AGROINDUSTRIAL***

Rafael Pastre

Universidade Federal de Alfenas. Varginha, MG.

<https://orcid.org/0000-0001-8592-7830>

Bianca Muniz Corrêa

Universidade Federal de Alfenas. Varginha, MG

<https://orcid.org/0009-0006-3876-1931>

**Resumo:** O presente artigo procura discutir as possíveis implicações do processo de desnacionalização do capital sobre as variáveis macroeconômicas no Brasil tendo as agroindústrias como *proxy* desse movimento. A partir do referencial teórico macroeconômico pós-keynesiano e da revisão de literatura sobre comércio internacional e das condições macroeconômicas que favorecem a internacionalização produtiva, identificou-se que o Brasil oferece um quadro macroeconômico amplamente favorável à entrada de capitais estrangeiros, tanto para fins especulativos, quanto produtivos. Empiricamente, por meio das bases de dados do Banco Central sobre setor externo e análises setoriais, identificou-se que grande parte desses capitais aportou no Brasil em forma de fusões e aquisição de empresas nacionais já estabelecidas, promovendo uma troca maciça de controle administrativo. Os resultados apontam para aumento das importações de bens e financiamentos intrafirmas, reprimarização da pauta exportadora e déficits crônicos no balanço de transações correntes, obrigando o país à uma transferência crescente de recursos ao exterior na forma de pagamento de juros e direitos de propriedade, retroalimentando os desafios macroeconômicos oriundos das relações com o exterior.

**Palavras-Chave:** Desnacionalização do capital. Agroindústria. Impactos Macroeconômicos da globalização. Integração Econômica. Empresa Multinacional.

**Abstract:** This paper discusses the possible implications of the denationalization of capital process on macroeconomic variables in Brazil, using agribusiness as a proxy for this movement. Based on a post-Keynesian macroeconomic theoretical framework and a literature review on international trade and the macroeconomic conditions that favor productive internationalization, it was identified that Brazil offers a macroeconomic environment largely favorable to the entry of foreign capital, both for speculative and productive purposes. Empirically, through Central Bank databases on the external sector and sectoral analyses, it was identified that a large part of this capital entered Brazil in the form of mergers and acquisitions of already established national companies, promoting a massive exchange of administrative control. The results point to an increase in imports of goods and intra-firm financing, a reprimarization of the export agenda, and

chronic deficits in the current account balance, forcing the country to increasingly transfer resources abroad in the form of interest payments and property rights, thus reinforcing the macroeconomic challenges arising from foreign relations.

**Keywords:** Denationalization of capital. Agribusiness. Macroeconomic impacts of globalization. Economic integration. Multinational firms.

**Resumen:** Este artículo analiza las posibles implicaciones del proceso de desnacionalización del capital en las variables macroeconómicas de Brasil, utilizando el agronegocio como indicador de este movimiento. Con base en el marco teórico macroeconómico postkeynesiano y una revisión de la literatura sobre comercio internacional y las condiciones macroeconómicas que favorecen la internacionalización productiva, se identificó que Brasil ofrece un entorno macroeconómico que resulta altamente favorable para la entrada de capital extranjero, tanto con fines especulativos como productivos. Empíricamente, a través de las bases de datos del Banco Central sobre el sector externo y análisis sectoriales, se identificó que gran parte de este capital ingresó a Brasil mediante fusiones y adquisiciones de empresas nacionales ya establecidas, lo que impulsó un intercambio masivo de control administrativo. Los resultados apuntan a un aumento de las importaciones de bienes y de la financiación intrafirma, a una nueva primarización de la agenda exportadora y a déficits crónicos en la balanza por cuenta corriente, lo que obliga al país a transferir cada vez más recursos al exterior en forma de pagos de intereses y derechos de propiedad, reforzando así los desafíos macroeconómicos derivados de las relaciones exteriores.

**Palabras clave:** Desnacionalización del capital. Agronegocio. Impactos macroeconómicos de la globalización. Integración económica. Corporación multinacional.

## 1 INTRODUÇÃO

A economia brasileira explorou na primeira década deste século um projeto de desenvolvimento, ora denominado de novo-desenvolvimentista, ora de social-desenvolvimentista (Bastos, 2017), que se apoiava no argumento das vantagens comparativas naturais das terras, águas, minas e campos petrolíferos, acentuando a importância do segmento ‘primário-exportador’ (Delgado, 2012).

Pastre (2016) identificou que, principalmente a partir de 1999, inicia-se um ciclo de expansão das exportações, com destaque para o período entre 2003 e 2011, no qual se expande continuamente o valor das exportações primárias brasileiras, em virtude do ciclo de elevação internacional do preço das commodities. Ao longo desses nove anos, a participação do Brasil nas exportações mundiais saiu de 1% para alcançar o pico de 1,43% em 2011. A participação média nas exportações mundiais nesse período foi de 1,2%, contra uma média 0,94% nos nove anos anteriores (1994-2002). Isso permitiu uma maior inserção da economia brasileira, que elevou sua participação média no comércio exterior para 1,15% contra 0,88% no período anterior.

Partindo da ótica do fator agregado, verifica-se que o crescimento médio das exportações de produtos básicos foi de 23% a.a. A de semielaborados foi de 18% a.a., contra 13,5% a.a. nos manufaturados (em valores correntes). Isso fez com que a

participação dos básicos e semimanufaturados na pauta de exportações chegasse a 63,7%. Em 2007, pela primeira vez desde 1980, a exportação de produtos básicos e semimanufaturados superou a exportação de produtos manufaturados, situação que se repete desde então, com o avanço ainda maior nos produtos básicos. Em 2024 a participação dos manufaturados nas exportações totais não chegou a 29% (IEDI, 2024)

Tal orientação pode ser atribuída, por um lado, ao ajuste iniciado na década de oitenta, como enfrentamento aos problemas de financiamento do antigo padrão de acumulação que culminou com a crise da dívida externa que aprofundou o processo de orientação da estrutura produtiva do país para o mercado externo. Por outro, é resultante da maneira como a economia brasileira se insere no contexto do novo padrão de desenvolvimento capitalista global marcado por mudanças profundas no sistema monetário e financeiro, na concorrência intercapitalista e no paradigma tecnológico.

Sob a inspiração de políticas que acentuaram o peso do mercado na organização da economia - abertura comercial, desnacionalização e privatização – a formatação de novas relações Estado-Mercado buscaram restringir a ação do primeiro, reduzindo-se o raio de ação para políticas seletivas. Desnacionalização e privatização reduziram os centros internos de decisão da economia, transferindo para o exterior ou para a iniciativa privada instrumentos importantes para promoção de um projeto nacional de desenvolvimento (Carneiro, 2012; Gonçalves 2011).

Como resultante desse processo de abertura e desregulamentação financeira, muito se investigou as teses “reprimarização” e “desindustrialização” e “desenvolvimentismo às avessas” (Gonçalves, 2011) da economia brasileira, faces de um mesmo fenômeno, mas pouca atenção foi dada aos efeitos macroeconômicos da maciça desnacionalização do Capital, processo, por sua vez, intensificado pelas escolhas de políticas macroeconômicas no período, sobretudo nos regimes de metas de inflação e na gestão da taxa básica de juros.

As teorias de comércio internacional procuram investigar os determinantes da internacionalização das empresas (Siqueira, 2015), dentre eles aspectos macroeconômicos, nos quais o Brasil apresenta condições amplamente favoráveis a entrada do Capital Estrangeiro, enquanto aspectos setoriais (microeconômicos) direcionaram a natureza e a distribuição desses investimentos.

Do ponto de vista macroeconômico, o Brasil figura entre as 10 maiores economias do mundo desde o final da década de 1970 (UNCTAD, 2025), representando um dos maiores mercados globais para a maioria dos setores ligados aos bens de consumo duráveis e não duráveis. A população brasileira é a quinta maior do planeta, concentrando uma massa de renda que a coloca entre os maiores mercados para multinacionais, ocupando por exemplo, a quinta maior consumidora mundial de veículos novos em 2024, terceira no consumo de cervejas, cosméticos e carne bovina, segundo maior consumidor de cafés (Deloitte, 2025; USDA, 2025). Mas nada supera o mercado de concessões e Parcerias Público-Privadas (PID, 2025)<sup>1</sup>, no qual o Brasil é apontado como líder global.

Em contrapartida, o custo para captação de recursos para investimento no Brasil supera em muito o dos países desenvolvidos, que além de políticas creditícias horizontais, costumam manter programas de incentivo a internacionalização de suas empresas (Além e Madeira, 2010). Ao mesmo tempo, o Brasil facilita a mobilidade de capitais intra e entre firmas transnacionais, estabelecendo um diferencial de custos financeiros entre as empresas capazes de captar no exterior e as limitadas ao mercado interno, reduzindo a competitividade das empresas puramente domésticas.

---

<sup>1</sup> Marcus Cavalcanti, secretário do Programa de Parcerias de Investimento (PPI). PPP Américas: **Portifólio de projetos Brasil**. Lima-PER, dias 8 e 9 de abril de 2025. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YM3UozWg1k0>. Acesso em 15 dez 2025.

Em outras palavras, a eficiência marginal do uso de capital de terceiros das empresas transnacionais operando no Brasil é muito maior do que das empresas nacionais. Diante de despesas financeiras tão elevadas, uma taxa de retorno que justifique a implementação/manutenção da operação de uma empresa nesse mercado requerer uma elevada eficiência operacional e/ou estabelecimento de preços muito acima dos custos de produção – elevada margem de contribuição. Ao substituir o controle acionário de uma empresa já estabelecida que convive com as taxas juros escorchantes praticados no mercado brasileiro e repassa essas despesas financeiras ao consumidor através do preço, a multinacional, que pode trocar a dívida interna por financiamentos externos vindos da matriz ou do mercado financeiro externo, pode converter grande parte da margem de contribuição dos produtos em lucros adicionais.

Nesse sentido, assim como os setores que lideraram o aumento das exportações foram aqueles nos quais o Brasil apresenta vantagens comparativas absolutas (além de amplos incentivos fiscais e apoio institucional de toda sorte), sobretudo ligados aos complexos agroindustriais e a indústria extrativa-mineral (baseados em grande medida na quantidade, qualidade e disponibilidades de recursos naturais envolvidos), de maneira análoga, se mostraram um alvo privilegiado da desnacionalização do Capital pela via Investimento Direto Estrangeiro para aquisição/controlado acionário. Tal estratégia conforma uma válvula de escape de baixo risco e alto retorno para os excedentes financeiros gerados nos mercados internacionais.

Dos 7 principais produtos da agropecuária brasileira (soja, bovinos, milho, cana-de-açúcar, frangos, café e leite), que respondem por 76% do valor bruto da produção (CONAB, 2025), 4 (soja, milho, café e leite) tem sua industrialização, distribuição e exportações lideradas por empresas multinacionais de origem e controle acionário estrangeiro.

Igualmente, as multinacionais de origem estrangeira têm cada vez mais participação nas empresas líderes da pauta de exportações do agronegócio brasileiro e seus respectivos complexos agroprocessadores (soja, açúcar, carne bovina, café, celulose, carne de frango e milho). Soja, milho, algodão (Pastre, 2016) e café (Panhuisen and De Vries, 2023) tem suas exportações amplamente comandadas pelos oligopólios internacionais que controlam o comércio global desses produtos, enquanto a Shell junto com outros fundos americanos foram participação majoritária na Raizen, maior exportadora de açúcar do Brasil junto com a Coopersucar, seguidas de multinacionais como BP Bunge, Atvos, Tereos, e Louis Dreyfus (LDC).

A tentativa de desmonte do Estado Nacional promovida pelos governos Michel Temer e Jair Bolsonaro (Nozaki, 2022), por sua vez, além de não alterar a estratégia reflexa e subordinada de inserção produtiva da economia brasileira nas cadeias globais de valor, marcada pela regressividade continua da pauta exportadora, acentuou a tendência de desnacionalização do capital produtivo, principalmente em atividades ligadas à setores primários intensivos em degradação ambiental e aos serviços Públicos Estatais.

Nesse sentido, o objetivo central desse artigo é verificar as implicações desse movimento de desnacionalização do Capital (cuja as implicações microeconômicas são as quebras nas cadeias internas de valor e a dependência tecnológica crônica) sobre as variáveis macroeconômicas, principalmente vinculadas ao setor externo.

A hipótese central é de que a direção e a intensidade desse processo legaram ao país um déficit crônico na balança de transações correntes, caracterizado pelas crescentes transferências de recursos financeiros por parte das empresas transnacionais para suas respectivas matrizes, obrigando o país a um crescente esforço exportador nas atividades em que possui vantagens comparativas absolutas, acentuando o peso estratégico das

atividades de baixo valor agregado e pobre conteúdo tecnológico na formação de capital fixo, seja público, privado nacional ou no IDE, o que reforça o ciclo de dependência, o gap tecnológico e reduz os graus de liberdade e eficiência das políticas macroeconômicas, resultando em um cenário de *Crescimento Restringido* aos setores e agentes capazes de acessar o diferencial positivos de custos pelo uso de Poupança Externa, sobretudo empresas transnacionais.

## 2 PROCEDIMENTOS DE PESQUISA E RESULTADOS

### 2.1 MATERIAL E MÉTODO

A pesquisa empreendida nesse trabalho se caracteriza por ser do tipo exploratória e descritiva. Tem o intuito levantar e difundir informações precisas que permitam levantar hipóteses e sugerir caminhos.

A pesquisa exploratória é pouco estruturada em procedimentos e tem o objetivo de levantar conhecimento sobre o tema em questão (Aker et al., 2003). Já a pesquisa descritiva é caracterizada como um estudo que busca determinar opiniões e projeções futuras nas respostas obtidas. Seu valor está na premissa de que os problemas podem ser resolvidos e as práticas melhoradas através da descrição e análise de observações objetivas e diretas. Algumas vezes, a segmentação por meio de estatística descritiva dos dados é tudo o que é necessário para responder à questão investigativa. Uma hipótese descritiva enuncia a existência, o tamanho, a forma ou a distribuição das variáveis. (Cooper e Schindler, 2003).

Dessa maneira, empreendeu-se uma revisão crítica de modelos macroeconômicos e suas premissas sobre poupança, inflação, política monetária, investimento, alavancagem, risco e suas implicações sobre os ciclos econômicos.

Para dar robustez ao conjunto analítico, a pesquisa empírica se concentrou no uso maximizado de informações de fontes secundárias, com minuciosa busca e análise de antecedentes disponíveis na Literatura. A escolha das bases de dados e variáveis analisadas, por sua vez, foi inspirada em Gonçalves (2011).

É importante mencionar a dicotomia existente na literatura econômica entre a visão clássica, que alega ser possível e viável o crescimento com poupança externa, enquanto correntes críticas alternativas, no qual esse trabalho se insere, advogam que o influxo de recursos externos afeta os investimentos internos no curto prazo, quando o faz, sendo irrelevantes no longo prazo.

A visão clássica, segundo revisão realizada por Faro e Gomes da Silva (2020), parte do entendimento de que a manutenção de déficits em conta corrente podem ser tomados como uma estratégia deliberada por parte dos tomadores de decisão, com o intuito de utilizar o influxo de recursos externos (poupança externa) como estratégia de elevação dos níveis de investimento doméstico, ao supostamente suprir os déficits na poupança interna e, por sua vez, estimular crescimento econômico.

Rocha e Oreiro (2011), a partir de um referencial pós-keynesiano, desenvolveram um modelo de crescimento para uma economia aberta cuja implicação central é que a influência da poupança externa, ao acumular endividamento além de certo limite, tem impacto negativo sobre o nível de atividade econômica. O resultado do modelo dinâmico não linear desenvolvido pelos autores evidencia um mecanismo de transmissão potencial de restrições de longo prazo gerado pelo influxo de poupança externa sobre o crescimento. Dessa forma, nos médio e longo prazos o endividamento externo excessivo

configuraria uma situação de estagnação econômica e não de crescimento, por atingir o equilíbrio em uma situação de baixa lucratividade e inexpressivo retorno do capital.

Nosso objetivo será avançar analisando o caso empírico, em que grande parte da poupança externa é direcionada à desnacionalização do Capital.

2.2 RESULTADOS OBTIDOS: ESTATÍSTICAS DO SETOR EXTERNO

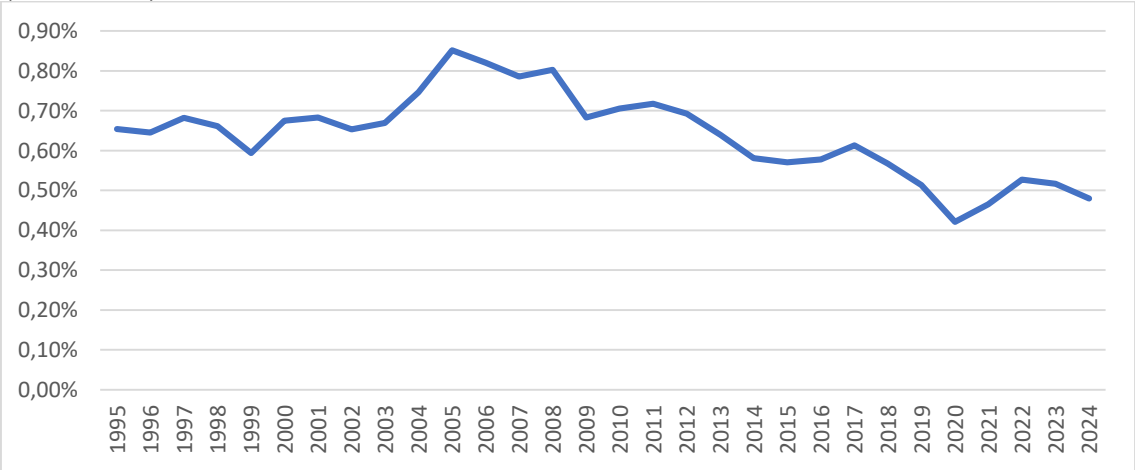
Como proxy da análise das potencialidades de uma estratégia de crescimento econômico com poupança externa, essa seção procura avaliar a validade e persistência nos governos Dilma, Temer e Bolsonaro da hipótese apontada por Gonçalves (2011) de que:

(...) no Brasil durante o governo Lula (2003-10) há o que se pode denominar Nacional-desenvolvimentismo às Avessas. Durante o Governo Lula os eixos estruturantes do Nacional-desenvolvimentismo foram invertidos. O que se constata é: desindustrialização, dessubstituição de importações; reprimarização das exportações; maior dependência tecnológica; maior desnacionalização; perda de competitividade internacional, crescente vulnerabilidade externa estrutural em função do aumento do passivo externo financeiro (...). (Gonçalves, p. 1, 2011)

em especial a correlação entre maior desnacionalização e crescente vulnerabilidade externa estrutural em função do aumento do passivo externo financeiro.

A reprimarização das exportações é latente, não apenas em termos absolutos como relativos. Pelos dados da UNCTAD, a participação do Brasil no comércio internacional de manufaturados se reduziu de um percentual de 0,65 no início desse século, para 0,48% em 2024 (GRAF. 1)

Gráfico 1. Participação do Brasil nas exportações mundiais de manufaturados (1995-2024)



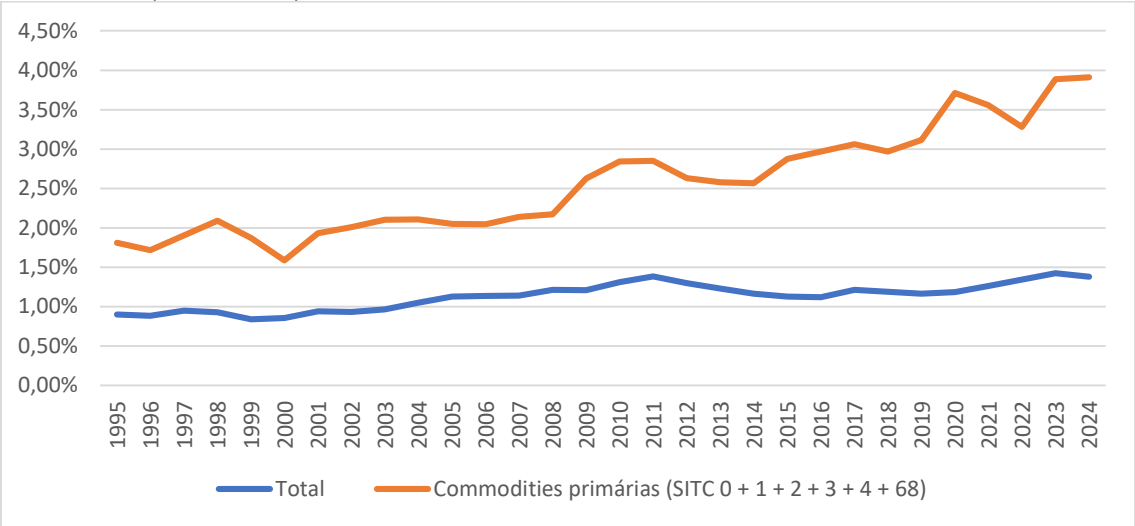
Fonte: UNCTAD, 2025. Elaborado pelos autores

A situação se agrava quando analisado o grau de complexidade tecnológica dessas exportações. Enquanto o comércio mundial de manufaturados é dominado pelos itens de alta intensidade tecnológica (43% do total das exportações de manufaturados em 2024), no Brasil esses itens correspondem a apenas 26,2% do total de manufaturados exportados em 2024, alcançando uma participação global de apenas 0,29%, contra 1,04% de

participação nas exportações globais de manufaturas de baixa intensidade tecnológica, como os agroprocessados (UNCTAD, 2025).

Não obstante, o Brasil ampliou seu esforço exportador ao longo de todo período, saindo de uma participação nas exportações globais de em torno de 0,9% no início do século para patamares próximo de 1,4% em meados das décadas de 2010 e 2020. Esse resultado só foi possível devido a ampliação das exportações dos setores agropecuário e mineral, expoentes da produção de produtos de baixa intensidade tecnológica (GRAF. 2)<sup>2</sup>.

**Gráfico 2. Participação do Brasil nas exportações globais – Total e Commodities Primárias (1995-2024)**



Fonte: UNCTAD, 2025. Elaborado pelos autores

Chama atenção o grau mínimo de processamento aplicado a essas matérias primas intensivas em recursos naturais. Do total de produtos exportados pelo Brasil em 2024, 48,11% correspondem a produtos primários sem nenhum tipo de processamento, com destaque para petróleo cru (13,3%)<sup>3</sup>, grãos oleaginosos (12,9%)<sup>4</sup>, carnes *in natura* (3,7%), café verde (3,7%). Nos minimamente processados de origem vegetal, destacam-se açúcar não refinado (5,5%), celulose (3,2%) e suco de laranja (1,04%)<sup>5</sup>, e de origem mineral o minério de ferro (8,9%) e refinados de petróleo (3,5%)<sup>6</sup>. Somente essa amostra de produtos respondem por mais de 55% da pauta de exportações brasileiras.

Em comum nesses setores foi ao avanço maciço da desnacionalização do Capital desde de meados da década de 1990. Os dados disponibilizados pelo Banco Central apontam a liderança desses setores, quando nos referimos ao capital produtivo na entrada de Investimento Direto Estrangeiro.

<sup>2</sup> Trata-se de dois períodos onde houve elevação expressiva dos preços relativos das commodities agrícolas e minerais em relação aos produtos manufaturados (Leite e Rodrigues, 2024).  
<sup>3</sup> “Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos”, SH 2709 no Sistema Harmonizado  
<sup>4</sup> Leia-se soja.  
<sup>5</sup> Destaca-se que as exportações de cana-de-açúcar e laranja *in natura* para indústria são inviáveis devido a perda imediata das propriedades que tornam esses produtos economicamente viáveis para industrialização, por isso devem obrigatoriamente passar por um estágio mínimo de transformação antes serem exportados (Ramos, 2022).  
<sup>6</sup> “Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos)”, SH 2710 no Sistema Harmonizado

**Figura 1. Estoque de entrada de IED no Brasil por setor em 2024 – Participação no capital<sup>1</sup>**

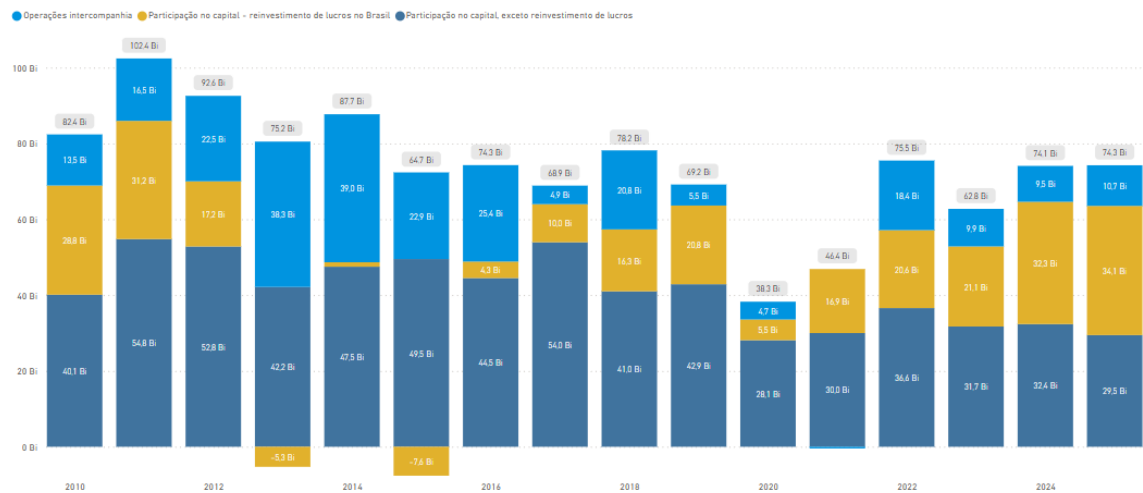


<sup>1</sup>Não inclui empréstimos entre companhia  
Fonte: Banco Central do Brasil, Secretaria Executiva da CAMEX

Sem dúvida fatores microeconômicos impulsionaram as decisões de alocação do Capital Internacional para esses setores, enquanto que a gestão da política Macroeconômica estabeleceu a dinâmica mais geral de entrada desses capitais. Não por acaso, 21,66% de todo IDE acumulado até o ano de 2024 se direcionou para o setor financeiro, seguido da Extração de petróleo e gás natural (7,93%), comércio (7,39%), Indústria de Alimentos e Bebidas (6,78%) e Serviços de utilidade pública – Eletricidade, gás e outras (5,33%), tal como reflete a pauta de exportações e os setores de serviços bens não-tradables.

Em relação ao volume e natureza das entradas, observa-se menor retenção de Capital para reinvestimento em anos com viés de apreciação cambial, como no período 2012 a 2015, a partir de quando a desaceleração da economia por conta da queda nos preços internacionais das *commodities* sinalizava para queda na capacidade exportadora e possíveis efeitos de pressão sobre o câmbio. Entretanto, a entrada de investimento para participação no Capital se mostrou mais resiliente, bem como as operações intercompanhia (em câmbio apreciado, se tornando mais vantajoso o envio de bens de capital do que recursos financeiros).

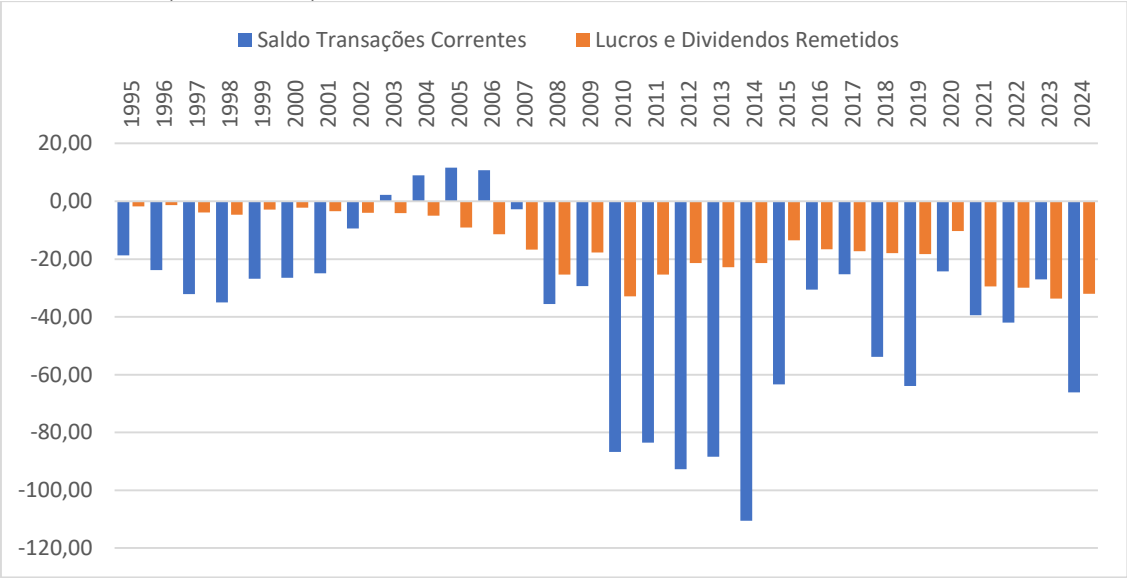
**Figura 2. Composição do Fluxo Líquido de Investimento Direto no País entre 2010 e 2025 [jan-out].**



Fonte: Banco Central do Brasil, Secretaria Executiva da CAMEX

Já os déficits em transações correntes apresentaram elevada correlação com a entrada de investimentos (Graf. 3), puxado sobretudo pela vulnerabilidade estrutural da economia brasileira em relação os serviços financeiros, de transporte, comunicações e direitos de propriedade no exterior. Além da necessidade dessas contratações, está a crescente participação do Capital de residentes no exterior e as respectivas remessas de lucros e dividendos. De acordo com o gráfico 3, é possível verificar importante correlação entre remessas e períodos de apreciação cambial ao longo das duas primeiras décadas de século. Tendência que sofreu reversão pós-pandemia. Entretanto, é preciso considerar que o estoque de investimentos estrangeiros foi ampliado ao longo de todo o período e que a taxa de câmbio real, devido a inflação interna, favoreceu a lucratividade dos produtos *tradables*, tornando a remessa de lucros viável mesmo em contexto de cambial depreciado.

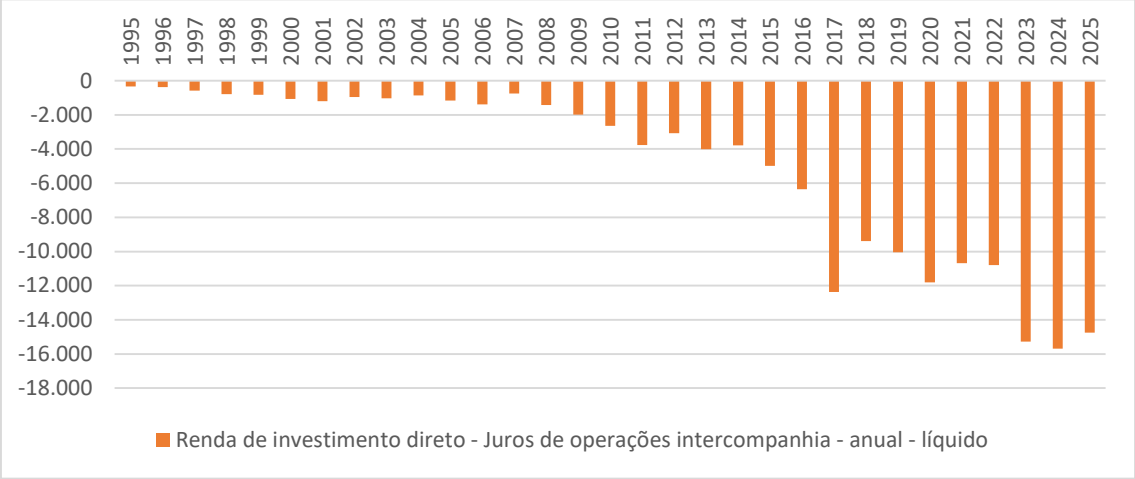
**Gráfico 3. Saldo das transações correntes e das remessas líquidas de Lucros e Dividendos (1995-2024)**



Fonte: Banco Central do Brasil - Estatísticas do setor externo, 2025

Por fim, o principal mecanismo pelo qual estoque de capital estrangeiro tem imposto crescentes transferências de rendimentos para o exterior é na forma de serviços das dívidas intrafirmas, o que reforça a hipótese de trabalho a ser discutida na seção 2.4

**Gráfico 4. Juros de operações intercompanhias – remessas líquidas (1995 a 2025).**  
*Em milhões US\$*



Fonte: Banco Central do Brasil - Estatísticas do setor externo, 2025

### 2.3 DESNACIONALIZAÇÃO DA PROPRIEDADE NO SETOR AGROINDUSTRIAL

Utilizou-se como referência inicial o ranking das 100 maiores empresas do agronegócio da Forbes para traçar um perfil societário dessas empresas (Forbes Agro, 2025).<sup>7</sup>

À exceção do setor de proteínas<sup>8</sup>, alvo central das políticas dos “campeões nacionais” até meados da década de 2010 (Mungioli, 2019), todos os outros setores do agronegócio são liderados por empresas multinacionais baseados em parcerias aquisições com empresas antes de capital estritamente nacional.

No setor de grãos (soja, milho, algodão e trigo) a liderança das empresas estrangeiras é ampla, lideradas pela Cargill (faturamento de R\$ 110 bilhões em 2024), que ao longo da década de 1990 adquiriu os ativos das empresas nacionais Matosul, Solorrico, Ultrafertil, Fosfertil, Fertiza, entre muitas outras(Wesz Junior, 2011), seguida pela Bunge (R\$ 70 bilhões), que adquiriu entre muitas outras a Ceval, a Santista e Incobrasa (Wesz Junior, 2011). Em seguida encontramos a Cofco do Brasil (R\$ 53,3

<sup>7</sup> Entretanto, é preciso explicitar que muitas das empresas multinacionais que operam no agronegócio brasileiro são de origem familiar e mantém capital fechado, o que dificulta o acesso às informações financeiras. Isso acarretou uma série de falhas omissões na lista citada, principalmente nas atividades ligadas à cafeicultura e laticínios. A título de ilustração, a Forbes aponta os Laticínios Bela Vista S. A. com maior faturamento do ramo de laticínios em 2024, sendo que o grupo familiar francês de capital fechado Lactalis, dono dos direitos da marca Parmalat, faturou R\$ 17 bilhões no Brasil em 2024: <<https://www.lactalis.com.br/quem-somos/#esg>> acesso: 01 abr. 2026.

Sendo assim informações adicionais foram buscadas nas associações setoriais, bem como nos sítios eletrônicos de diversas empresas líderes em seus respectivos ramos de atividades.

<sup>8</sup> O que reforça o argumento da variável crédito/juros como um dos principais determinantes da internacionalização/desnacionalização do capital na economia brasileira.

bilhões), empresa chinesa que entrou no Brasil por meio da aquisição de 100% das operações da Nidera e Noble Agri, empresas multinacionais que já operavam no setor de grãos brasileiro.

No setor sucroenergético, cujo Brasil tem histórica liderança em desenvolvimento tecnológico e acesso à mercados externos (Ramos, 2022), a liderança é de empresa Raízen (R\$ 66,9 bilhões), uma joint venture formada em 2011 com partes iguais (44% cada) pelo grupo brasileiro Cosan e pela Shell, denotando significativa ocupação estrangeira em um importante espaço de valorização desenvolvido endogenamente pela sociedade brasileira. A Coopersucar, tradicional empresa brasileira fundada na década 1960 no interior de São Paulo, parece em seguida com um faturamento 35% menor.

Dentre as empresas de celulose, o controle acionário ainda se mantém fortemente dominado por grupos brasileiros. A Suzano aparece com maior faturamento (R\$ 47,4 bilhões). Em torno de 14% de suas ações pertencem a fundos estrangeiros<sup>9</sup>, percentual inferior ao da Klabin (17%)<sup>10</sup>, empresa que aparece como a segunda em faturamento no setor de celulose, com aproximadamente R\$ 19,7 bilhões em faturamento.

Na cafeicultura, a Cooxupé aparece com importante participação, liderando o faturamento (R\$ 10,69), entretanto quando se trata de agregação de valor, estima-se que quatro empresas multinacionais dominem o varejo de cafês torrados no Brasil, com 55,6% de participação (ABIC, 2025), liderados pelo grupo 3 corações (faturamento de R\$ 9,7 bilhões em 2024). O grupo é uma joint venture formada ainda em 2005 entre a brasileira São Miguel Holding e a holandesa Strauss Coffee B.V. (pertencente ao grupo israelense Strauss), com participação de 50/50. Sua expansão foi baseada na aquisição de marcas tradicionais como Santa Clara, Café Brasileiro, Fort Café, Café Iguaçu, café Itamaraty entre muitos outros.

Em seguida aparece pela JDE (Jacobs Douwe Egberts), companhia neerlandesa que se fundiu com a norte americana Peet's, hoje donas de marcas populares no Brasil como Café Cabloco, Café Pilão, Café do Ponto, Café Seletto e Café Pelé. Complementam o grupo das quatro, o Grupo alemão Melitta, cuja Brasil tem o segundo maior faturamento do grupo no mundo, atrás apenas da matriz alemã. No país, é líder no segmento de filtros de papel para café e vem ampliando sua presença no mercado de torrefação, tendo comprado o Café Bom Jesus, torrefadora da cidade de mesmo nome no Rio Grande do Sul (Melitta, 2024)<sup>11</sup>. Por fim, a suíça Nestlé, dona da famosa linha Nescafé.

Especificamente no setor de laticínios, a Lactalis, empresa francesa que opera no Brasil desde 2013, lidera as vendas do setor do R\$ 17 bilhões de faturamento em 2024. A Lactalis entrou no Brasil adquirindo a *Balkis* em 2013 e comprou as marcas Elegê e Batavo da BRF em 2014. Em 2019 adquiriu a Itambé, tradicional laticínio mineiro. Em 2021 a Lactalis comprou as operações da cooperativa paranaense Cativa, de Londrina, incluindo a marca Polly. O setor passa por forte processo de desnacionalização com a ascensão de outro grupo francês. O grupo Savencia Fromage & Dairy (segundo maior grupo de queijos da França e o quinto maior do mundo) concluiu recentemente compra da Quatá Alimentos, passando a operar as marcas Glória e Quatá, além das tradicionais Polenguiño, Frescatino, Campo Lindo.

É notória a estratégia de aquisições de empresas nacionais por estrangeiras nos ramos em que há predominância do capital estrangeiro no controle das cadeias. Concomitantemente, isso ocorreu mais fortemente nos setores onde o acesso direto ao

<sup>9</sup> <https://br.investing.com/equities/suzano-papel-celulose-ownership>

<sup>10</sup> <https://ri.klabin.com.br/governanca-corporativa/estrutura-acionaria/>

<sup>11</sup> <https://report.melitta-group.com/annual-report-2023/financial-report/group-management-report/economic-report.html>

mercado estrangeiro de capitais e financiamento foi limitado, principalmente por meio razões de escala *versus* políticas protecionista dos países compradores (citar), resultando em perda de competitividade financeira (e não operacional), tema que será discutido na próxima sessão.

## 2.4 ANÁLISE E DISCUSSÃO

A partir dos dados apresentados, propor-se-á um caminho próprio de interpretação ao qual chamaremos de *Modelo Macroeconômico de Crescimento Restringido a partir do diferencial de custos no uso de Poupança Externa em regime de metas de inflação*.

Nesse sentido, a centralidade dada ao combate da inflação por meio do instrumental ortodoxo em quase todos os períodos pós Plano Real, com exceção de um breve interregno na gestão interrompida de Dilma Russef, fez com que o Brasil convivesse ao longo das últimas três décadas com uma das maiores taxas de juros reais do planeta<sup>12</sup>. Isso obviamente tem efeitos imediatos sobre as decisões de investimento produtivo e as expectativas de retorno que tornam um investimento de risco potencialmente viável, fazendo ascender os setores com vantagens comparativas absolutas, uma vez que diferencial de lucro em relação aos concorrentes pode de forma autônoma contribuir para a manutenção da competitividade setorial, enquanto em outros setores com vantagens comparativas dinâmicas, haveria necessidade de contar com poupança adicional, ou seja, capital de terceiros para adiantamentos/investimentos na construção/manutenção de vantagens competitivas, incorrendo em custos financeiros, que no caso brasileiro, estão entre os maiores do planeta.

Esse mecanismo também funciona no sentido inverso. Grupos ou empresas com vantagens na obtenção de recursos de terceiros incorrerão em uma estrutura de despesas inferior a seus concorrentes, podendo investir em estratégias de ganhos de mercado. O tamanho do mercado, por sua vez, irá definir a possibilidade da expansão das vendas no setor. Em se tratando de um país de renda média-baixa, que além disso, é altamente concentrada, estabelece-se um limite à novos investimentos em setores competitivos, ao mesmo tempo que cria uma vantagem competitiva não-produtiva, mas sim financeira, entre os grupos de empresas capazes de se financiar no exterior e os que não.

Por fim, podemos citar os serviços de utilidade pública como setores *não-tradables*, uma vez que não viabilidade na importação de serviços de transporte e infraestrutura, por exemplo, os quais devem ser desenvolvidos no local da prestação, muitas vezes configurando monopólios naturais. Mais uma vez, uma vantagem em custos financeiros pode estabelecer um diferencial entre empresas capazes de captar no exterior, favorecendo sua participação em programas de concessão e privatização.

Estabelece-se assim, condições privilegiadas para atuação do Capital Multinacional na economia brasileira, o qual pode internalizar lucros superiores em setores protegidos, os quais poderão ser remetidos a outros países que detêm vantagens comparativas em setores intensivos em tecnologia, reforçando o argumento da dependência tecnológica. Nesse modelo, diferentemente de Bresser-Pereira e Nakano (2003), o limite ao crescimento não está centrado na limitada capacidade de endividamento, mas sim do tamanho do mercado consumidor. É isso que explica a trajetória de crescimento no Governo Lula III, que mesmo mediante de taxas de juros historicamente elevadas, vem obtendo crescimentos acima da média da última década, com queda nos índices de inflação e recuo no endividamento externo.

<sup>12</sup>Rocha, M. C. **Maiores juros do mundo: por que o Brasil tem o dobro de juro real de alguns emergentes?** <https://www.eco.unicamp.br/midia/maiores-juros-do-mundo-por-que-o-brasil-tem-o-dobro-de-juro-real-de-alguns-emergentes>

O bom desempenho das *commodities*, mais do que elevar o valor relativo das exportações, serve como incentivo a entrada de capital estrangeiro para aquisição de capacidade produtiva, com possibilidade de investimentos marginais em ganhos de eficiência e aumento da capacidade produtiva, ao mesmo tempo que contém a inflação de custos de origem financeira. Entretanto, os lucros adicionais não encontrarão oportunidades de reinvestimento produtivo no mercado doméstico, valorizando-se no mercado financeiro até encontrar o momento oportuno para serem remetidos à outros mercados de maior competitividade em setores de alta intensidade tecnológica, nos quais o retorno esperado supera em muito o dos tradicionais setores de intensos em trabalho ou de baixa intensidade tecnológica.

Em Bresser-Pereira e Nakano (2003) a centralidade da argumentação crítica à política de crescimento com poupança externa baseia-se nos limites macroeconômicos ao endividamento externo. O estudo sugere a existência de um limite de déficit em conta corrente que determinado país pode suportar, dado que a um certo nível da relação dívida/PIB a solvência sofre restrições ligadas a impedimentos dos credores externos a novas dívidas pois, mesmo com juros crescentes, são elevados os riscos de novos endividamentos para pagar as anteriores (Faro e Gomes da Silva, 2020). Concomitantemente, os agentes internos também começam a exigir juros mais altos e os investimentos produtivos se reduzem, afetando negativamente a estabilidade e o crescimento econômico.

Bresser-Pereira (2007) alega ainda que o impacto de apreciação na taxa de câmbio, tanto pela entrada de poupança externa, quanto pelo aumento dos preços das exportações das *commodities* (Ipea, 2022), gera aumento subsequente nos salários reais e nas importações e, dada a alta propensão a consumir, os agentes tenderão a consumir quase a totalidade de seus ganhos. Já os capitalistas, mesmo com uma redução de seus lucros (pelo pagamento de maiores salários), não reduzirão seu consumo, gerando diminuição dos investimentos.

Finalmente, o regime de metas de inflação contribui para uma dinâmica cambial pro-cíclica de restrição ao investimento, pois a flutuação cambial, desejável em momentos de viés de apreciação cambial como instrumento de controle inflacionário, favorece a remessa de lucros para as matrizes. Os maiores déficits em transações correntes (Gráfico 3) já registrados (bem como o de operações intercompanhia – Fig. 2) foram justamentos nos anos de 2011, 2012, 2013 e 2014, antes da ampla desvalorização cambial (quando é mais vantajoso enviar ativos e não moeda) que veio com o fim do ciclo de preços das *commodities* em meados da década passada.

Já nos momentos de depreciação cambial necessárias para diminuição da absorção interna e reequilíbrio da balança comercial, há queda no salário real e consequentemente no consumo, bem como alta da inflação, implicando na ativação da política monetária restritiva, favorecendo a entrada de Poupança Externa na forma de Investimento em aquisições patrimoniais (em especial no período de 2015 a 2019 – Fig. 2) e os reinvestimentos (2022-2025), possivelmente aguardando melhores condições cambiais para retornar com as remessas as matrizes.

Em ambos os momentos, fica prejudicado o investimento produtivo em nova capacidade produtiva e, consequentemente, ao crescimento econômico.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS OU CONCLUSÃO

A transferência da propriedade do capital em setores em que o Brasil detém vantagens comparativas absolutas e em serviços *não-tradables* contribuiu para ampliar a fatia do Produto Interno Bruto cuja renda agregada pertence a não residentes em uma tal

escala que nos últimos anos a participação dessas remessas chegou a se tornar maior do que o déficit em Transações Correntes nos últimos anos, estabelecendo mais uma via de restrição ao crescimento econômico, uma vez que se tratam de recursos que não retornam ao sistema produtivo em forma de investimento em intensificação tecnológica.

O capital estrangeiro tem encontrado refúgio em setores protegidos e obtido vantagens que não necessariamente provêm de sua superioridade operacional, mas sim do acesso diferenciado a crédito em condições vantajosas. Denominamos esse processo de *Modelo Macroecômico de Crescimento Restringido a partir do diferencial de custos no uso de Poupança Externa em regime de metas de inflação*.

O Brasil precisa retomar as bases definidas na constituição de 1988 e estabelecer diferenciações entre o Capital Nacional e o Estrangeiro, a fim de igualar a capacidade de competição entre eles e recolocar a eficiência e qualidade produtiva no centro da disputa concorrencial, sem a qual não seja possível obter avanços tecnológicos e melhorias produtivas redutoras de custos, com melhoria das condições de consumo para a população, liberando recursos para geração de poupança interna.

#### 4 REFERÊNCIAS

AKER, David A.; KUMAR, V.; DAY, George. S. Pesquisa de marketing. São Paulo: Atlas, 2003.

ALÉM, Ana Cláudia; MADEIRA, Rodrigo Ferreira. Internacionalização e competitividade: a importância da criação de empresas multinacionais brasileiras. In: ALÉM, Ana Cláudia; GIAMBIAGI, Fabio (Org.). O BNDES em um Brasil em transição. Rio de Janeiro : Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2010. p. [39]-56. <http://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/23986>

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE CAFÉ (ABIC). Estatísticas - indicadores da indústria de café no Brasil. Disponível em:< <https://www.abic.com.br/estatisticas/indicadores-da-industria/>>. Acesso em: dez. 2025.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Estatísticas do Setor Externo, Brasília, Banco Central do Brasil, [s.d.]. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTeLaLocalizarSeries>> . Acesso em: 28 fev. 2026.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. *Revista de Economia Contemporânea* [online], 2017, v. 21, n. 2, e172129. Epub 21 dez. 2021. <https://doi.org/10.1590/198055272129>

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos e NAKANO, Yoshiaki. (2003) Crescimento Econômico como Poupança Externa? *Revista de Economia Política*, v. 23, n. 2 (90), p. 3-27, abr-jun. <https://doi.org/10.1590/0101-31572004-0699>

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. (2007) Substituição de poupanças. In: BRESSER-PEREIRA, L. C. Macro economia da Estagnação: Crítica da ortodoxia convencional no Brasil pós-1994, Editora São Paulo, cap. 05, p. 149-166.

CARNEIRO, Ricardo. Commodities, choques externos e crescimento: reflexões sobre a América Latina. Santiago: Cepal, 2012. (Série Macroeconomia del Desarrollo, n. 117).

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). Valor bruto da produção agropecuária. Brasília, DF: Conab, 2025. Disponível em: < <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/valor-bruto-da-producao-agropecuaria-vbp>> Acesso em: 10 dez. 2025.

COOPER, Donald; SCHINDLER, Pamela. Métodos de pesquisa em administração. Porto Alegre: Bookman, 2003. 640 p.

DELGADO, Guilherme da C. Do Capital Financeiro na Agricultura à Economia do Agronegócio: Mudanças Cíclicas em Meio Século (1965-2012). Porto Alegre: EDUFRGS, 2012.

DELLOITTE. Global Automotive Consumer Study, 2025. Disponível em: < <https://www.deloitte.com/content/dam/assets-zone4/br/pt/docs/industries/consumer/2025/Full%20PDF%20Report%20-%202025%20Global%20Automotive%20Consumer%20Study.pdf>> . Acesso em: 15 dez. 2025.

FARO, Kelly Cardoso; SILVA, Cleomar Gomes da. Poupança externa e crescimento econômico brasileiro: uma análise de duas visões díspares. Revista de Economia Política, v. 40, n. 1, p. 117- 137, jan.-mar. 2020 <https://doi.org/10.1590/0101-31572020-2972>

Forbes Agro: Agro100. São Paulo, 2025. Disponível em: < <https://forbes.com.br/forbes-agro/2025/12/agro100-2025-conheca-as-empresas-que-faturaram-r-19-tri-do-campo-a-mesa/>> . Acesso em: 15 dez. 2025.

GONÇALVES, Reinaldo. Governo Lula e o Nacional Desenvolvimentismo às avessas. Publicado em: set. 2011. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/323438/mod\\_resource/content/1/Reinaldo%20Gon%C3%A7alves.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/323438/mod_resource/content/1/Reinaldo%20Gon%C3%A7alves.pdf). Acesso em: 15 dez. 2025.

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL [IEDI]. Carta IEDI - Edição 1310: Destaques do comércio exterior do Brasil. São Paulo: IEDI, 2024. Disponível em: [https://www.iedi.org.br/cartas/carta\\_iedi\\_n\\_1310.html](https://www.iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_1310.html). Acesso em: 15 dez. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Carta de Conjuntura**: Nota de Conjuntura 19. Rio de Janeiro: Ipea, 2022 (3º Trimestre). Disponível em: < [https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/wp-content/uploads/2022/09/220908\\_cc\\_56\\_Nota\\_19\\_Mercados-e\\_precos\\_Agropecuarios.pdf](https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/wp-content/uploads/2022/09/220908_cc_56_Nota_19_Mercados-e_precos_Agropecuarios.pdf)> Acesso em: 18 dez. 2025.

LEITE, Alexandre Cesar Cunha; RODRIGUES, Bernardo Salgado. (2024). Novo boom das commodities e a crescente participação chinesa na estrutura de comércio exterior do

Brasil. *Economia e Sociedade*, 33(3), 1–22. <https://doi.org/10.1590/1982-3533.2024v33n3.282056>

MUNGIOLI, Rafael Palma. O desenvolvimentismo possível? Política de campeões nacionais e a inserção internacional do Brasil em inícios do século XXI. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, 2019. <http://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/17400>

NOZAKI, William. O desmonte do Estado por meio das privatizações e desnacionalização das empresas estatais federais. In: Caderno da Reforma Administrativa 34. Brasília, Fevereiro 2022. <https://www.anfip.org.br/wp-content/uploads/2022/04/RA-%E2%80%93-CADERNO-34-%E2%80%93-FONACATE.pdf>

PANHUYSEN, Sjoerd; DE VRIES, Frederik. (2023): Coffee Barometer 2023.

PASTRE, Rafael. Reprimarização Do Desenvolvimento: O Papel Das Principais Agroindústrias Brasileiras De Soja Na Região Centro-Oeste. Dissertação (Mestrado) — Universidade De Campinas - Unicamp, 2016. <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2016.969246>

RAMOS, Pedro. O Açúcar Brasileiro e Seus Mercados: da Colônia ao fim do Proálcool. Rio de Janeiro, Telha, 2022, 201 páginas. *Travesía. Revista De Historia económica Y Social*, 26(1-2). <https://travesia.ct.unt.edu.ar/article/view/465>

ROCHA, Marcos Aurélio Andrade; OREIRO, José Luis. (2011) Acumulação de capital, poupança externa e desempenho macroeconômico dos países emergentes. *Economia e Sociedade*, v. 20, n.1, p.33-52, abril. <https://doi.org/10.1590/S0104-06182011000100002>

SIQUEIRA, Marina Ramalho de. **Os determinantes da internacionalização das empresas brasileiras do setor de carne bovina**. 2015. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2016. <https://doi.org/10.11606/D.11.2016.tde-04052016-110931> . Acesso em: 15 dez. 2025.

UNCTAD. Data Hub, Trade and Development Website: < <https://unctadstat.unctad.org/datacentre/dataviewer/US.GDPGR> > Acesso em: 12. Dez. 2025.

USDA. United States Department of Agriculture Foreign Agricultural Service. Disponível em: < <https://www.usda.gov/trade-and-markets> > Acesso em: 12 dez. 2025.

WESZ JUNIOR, V. J. *Dinâmicas e estratégias das agroindústrias de soja no Brasil*. Rio de Janeiro: E-papers, 2011.

## Contribuição de autoria

1 – Pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Sociedade, Universidade Federal de Alfenas-UNIFAL, Campus Varginha.

<https://orcid.org/0000-0001-8592-7830>

Contribuição: Conceptualização, Curadoria de dados, Análise Formal, Metodologia e Escrita do Rascunho

2 – Mestranda em Economia Aplicada, Universidade Federal de Alfenas-UNIFAL, Campus Varginha.

<https://orcid.org/0009-0006-3876-1931>

Contribuição: Análise forma, Investigação, Escrita, revisão e edição

## **CONFLITO DE INTERESSES**

Os autores responsáveis pela submissão do manuscrito intitulado e todos os coautores que aqui se apresentam, declaramos que:

( ) POSSUÍMOS; ( x ) NÃO POSSUÍMOS, Conflito de Interesses de ordem,

( ) pessoal;

( ) comercial;

( ) acadêmico;

( ) político;

( ) financeiro do manuscrito.

Declaramos também, que todas as informações que poderiam levar a um conflito de interesses, já foram requeridas e manifestadas durante o processo de submissão do manuscrito supracitado, em anexo como “Documento Suplementar” ou em marcações de concordância durante o processo de submissão no portal da revista Cadernos de Estudos Interdisciplinares

## **DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS**

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.